

## REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA EM GOIÁS: O CEMITÉRIO SÃO MIGUEL ENQUANTO BERÇO DE MEMÓRIA

### REPRESENTATIONS OF CHILDHOOD IN GOIÁS: THE CEMETERY SÃO MIGUEL AS CRADLE OF MEMORY

### REPRESENTACIONES DE LA INFANCIA EN GOIÁS: EL CEMENTERIO DE SAN MIGUEL COMO CUNA DE LA MEMORIA

Cleumar de Oliveira Moreira<sup>1</sup>

Gleidson de Oliveira Moreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo científico intitulado por “Representações da infância em Goiás: o cemitério São Miguel enquanto berço de memória” tem como objetivo compreender os conceitos de representação, memória e infância a partir da necrópole enquanto local de lembrança. O trabalho é importante porque discute a perspectiva do sentimento de infância em Goiás. A fundamentação teórica pautou-se em Ariès (1981), D’Aléssio (1993), Cambi (1999), Valdez (2002), Moreira (2004), Ghiraldelli Jr. (2006), Bourdieu (2010), Silva (2010), Santos (2011), Vaz (2012), entre outros. Nossa metodologia primou, tanto pela análise bibliográfica quanto pela dialética (reelaborar, investigar e reescrever o texto). No mais, esperamos que este estudo enriqueça as discussões relativas à história da educação, educação infantil, psicopedagogia, bem como para a etnografia.

**Palavras-chave:** Memória. Representação. Infância. Cemitério.

**ABSTRACT:** This scientific article entitled "Representations of childhood in Goiás: the São Miguel cemetery as a cradle of memory" aims to understand the concepts of representation, memory and childhood from the necropolis as a place of remembrance. The work is important because it discusses the perspective of the feeling of childhood in Goiás. The theoretical foundation was based on Ariès (1981), D'Aléssio (1993), Cambi (1999), Valdez (2002), Moreira (2004), Ghiraldelli Jr. (2006), Bourdieu (2010), Silva (2010), Santos (2011), Vaz (2012), among others. Our methodology was based on both bibliographic and dialectical analysis (reelaborating, investigating and rewriting the text). In addition, we hope that this study enriches discussions related to the history of education, early childhood education, psychopedagogy, as well as ethnography.

**Keywords:** Memory. Representation. Childhood. Cemetery. Cradle.

**RESUMEN:** Este artículo científico titulado "Representaciones de la infancia en Goiás: el cementerio de San Miguel como cuna de la memoria" tiene como objetivo entender los conceptos de representación, memoria e infancia de la necrópolis como lugar de recuerdo. El trabajo es importante porque analiza la perspectiva del sentimiento de infancia en Goiás. La base teórica se basó en Aris (1981), D'Aléssio (1993), Cambi (1999), Valdez (2002), Moreira (2004), Ghiraldelli Jr. (2006), Bourdieu (2010), Silva (2010), Santos (2011), Vaz (2012), entre otros. Nuestra metodología se basó tanto en el análisis bibliográfico como dialéctico (reelaborar, investigar y reescribir el texto). Además, esperamos que este estudio enriquece las discusiones relacionadas con la historia de la educación, educación en la primera infancia, psicopedagogía, así como la etnografía.

**Palabras clave:** Memoria. Representación. Infancia. Cementerio. Cuna.

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em História (UFG-GO); professor titular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás; professor titular da Faculdade de Anicuns. E-mail: cleumardeoliveira@gmail.com; ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-0319-8123>.

<sup>2</sup> Graduado e Mestre em História (UFG-GO); doutorando em Antropologia Social pela UFG; professor titular da Faculdade de Anicuns. E-mail: kareminus@gmail.com. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-3671-2811>.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo, intitulado “Representações da infância em Goiás: o Cemitério São Miguel enquanto berço de memória”, tem como proposta compreender o conceito, o sentimento e as imagens da infância, na cidade de Goiás, entre os séculos XIX e XX.

Este trabalho foi escrito durante o transcórre do curso de aperfeiçoamento docente em “Psicopedagogia e Educação Infantil” (lato sensu), ofertado pela Faculdade de Anicuns (município localizado no “portal da região Oeste” do Estado de Goiás), Instituição a qual estamos vinculados na condição de “docente-discente e discente-docente”.

As referências e/ou conteúdos trabalhados na disciplina “Educação Infantil e Literatura Infantil” (módulo que integra o Curso de Psicopedagogia e Educação Infantil) foram fundamentais para despertar em nós a curiosidade e a inquietação acerca da história da criança e da infância, ao longo do tempo e do espaço. Destarte, far-se-á necessário dialogar com 3 (três) conceitos, categorias que são basilares em nosso artigo, que são “infância, representação e memória”.

Frente às nossas inquietações destacamos algumas problemáticas que surgiram no decorrer das leituras, tais quais: O que é infância? Criança é sinônimo de infância? Quando surge o sentimento social para com a infância? Como a infância foi retratada na literatura goiana? Que representações foram construídas para dar visibilidade à infância em Goiás? Qual a importância do Cemitério São Miguel para preservar a “vida” das crianças?

Com a intenção de darmos respostas aos problemas destacados anteriormente, lançaremos mão de algumas fontes como Ariès (1981), D’Aléssio (1993), Cambi (1999), Valdez (2002), Moreira (2004), Ghiraldelli Jr. (2006), Bourdieu (2010), Silva (2010), Santos (2011), Vaz (2012), entre outros. A metodologia usada foi de cunho investigativo, fundamentada em análise bibliográfica, pautada na comparação de diversas perspectivas de autores (em tela) sobre infância; uma produção, dialeticamente, elaborada.

Esta produção está dividida em 3 (três) eixos: o primeiro contextualiza o conceito de infância e sua trajetória historiográfica; o segundo, tratará das representações da infância em Goiás (do final do século XIX ao início do século XX); e, por fim, as memórias de infância a partir do Cemitério São Miguel na cidade de Goiás-GO.

Esperamos que este estudo contribua com a historiografia goiana, que seja capaz de incrementar esse tipo de produção literária no campo da História, Educação, Antropologia, Sociologia, Etnologia, entre outras. A expectativa é de que este objeto de estudo enriqueça as discussões acerca da história da infância e da criança na Academia, bem como, seja fonte fomentadora na literatura goiana.

### O “ser” criança: trajetórias para uma vida adulta

Esta unidade contextualiza o conceito de infância, as trajetórias da criança na historiografia e, por fim, as representações da criança enquanto “ser”, ou seja, enquanto sujeito da história. Como fundamentação, lançaremos mão de Ariès (1981), Ghiraldelli Jr (2006), Cambi (1999) e Aranha (2006).

O conceito “infância” é, relativamente, novo. Surgiu com o advento da era moderna, entre os séculos XVII e XVIII, e tornou-se elemento fulcral para compreender, em parte, as políticas capitalistas de produção (a vida social se organizava em torno da família e do trabalho). A infância deu novo sentido ao mundo ocidental, passando a gravitar em espaços marcados por consideráveis disputas ideológico-sociais, nos quais o operariado e a burguesia passaram a ser as representações sociais mais expressivas de época.

Segundo Ghiraldelli Jr (2006), a criança sempre existiu, mas a infância, não. O autor destaca que a infância, também, é algo inerente à vida moderna, e que durante o medievo (Baixa Idade Média, a partir do século XII) os registros contendo imagens de crianças eram, relativamente, poucos. Parte desse acervo foi estudada por Phillipe Ariès<sup>3</sup> que investigou e analisou epitáfios, esculturas tumulares, obras de arte, tapeçaria, retratos de época. Os estudos revelaram que a representação da criança estava associada ao universo adulto. Na maioria absoluta dos documentos, a criança é retratada como adulto em miniatura.

A perspectiva do “adulto em miniatura” deu origem à concepção do homúnculo<sup>4</sup>. Segundo Ariès (1981), o primeiro registro que se tem do “homem minúsculo”, está presente na arte medieval otomaniana, retratado por um livro de orações que foi dado a Oto III (herdeiro do trono – Sacro Império Romano), no século XI. Neste registro, Oto é personagem, e acaba corroborando a tese da “criança homenizada”. O autor (desconhecido) do livro representa-o como uma criança dotada de traços de adulto (fisionomia do rosto e corpo musculoso), um homem de tamanho reduzido.

A ideia da miniaturização do homem, aplicado à criança, e sua reprodução na Europa, foi uma constante. O paradigma do homúnculo ganhou representatividade durante todo o período da Baixa Idade Média e início da era Moderna, ou seja, entre os séculos XI e XVI. Após o fim do feudalismo, notar-se-ão manifestações claras de cuidado, zelo e afetividade para com os “infantes”. Este despertar, típico de um “querer bem”, será caracterizado por um sentimento bem peculiar cujos sentidos repousam na saga e/ou na luta em prol da perenidade familiar. O entusiasmo adulto frente a existência da criança corrobora a perspectiva do surgimento do sentimento de infância.

Após ter tratado, brevemente, sobre o conceito de infância, apresentaremos, a seguir, um recorte historiográfico que contextualiza a trajetória e a inserção da criança, enquanto ser, no mundo da existência (representações, formas de socialização, internalização de valores, aprendizagens, reprodução do conhecimento, mudanças psicológicas).

Os primeiros registros de crianças na historiografia primitiva (referentes aos períodos paleolítico e neolítico) destacam a figura do “filhote”. As primeiras organizações tribais (hordas) desconsideraram a condição de vulnerabilidade de suas crias. Pelo fato de os bandos serem nômades, de estarem em permanente deslocamento, e de estarem em constante perigo (predadores, fenômenos naturais, conflitos, escassez de alimentos), acabaram não desenvolverem afeição, nem mesmo sensibilidade de zelo com os menores. Desse modo, assim que as crias desenvolviam a habilidade de andar, “bipedemente”, já eram desprendidos do tronco da mãe e lançados ao incerto. Sobreviver era uma disposição individual e não coletiva. Existir, ou não, era uma mera condição imposta pela natureza.

Após o final do período paleolítico<sup>5</sup>, a educação dos “filhotes” tornou-se uma prática indispensável para garantir a sobrevivência, tanto do grupo quanto do indivíduo. Surge uma espécie de “educação difusa” biologicamente caracterizada por jogos de imitação e por práticas miméticas. As crianças internalizam conhecimentos e estratégias de sobrevivência brincando

<sup>3</sup> Phillipe Ariès (1914-1984), historiador francês, é precursor da História das Mentalidades um campo de estudos característico da terceira geração da Escola dos Annales (Le Goff, Nora, Duby, Revel, Burke, entre outros). A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido em 1929 (motivado pelos impactos da quebra da Bolsa de Ney York), que voltou seu olhar para outros eventos históricos (sociais, culturais, econômicos, ideológicos, psicológicos, comportamentais). A “nova escola” lançou mão de ciências auxiliares como: Antropologia, Etnologia, Etnografia, Estatística, Arqueologia, Psicologia, Geografia, entre outras (BURKE, 2010)

<sup>4</sup> Palavra de origem latina que significa homenzinho (*homúnculo*).

<sup>5</sup> O período paleolítico vai de 2 milhões a 10.000 a.C. A fase é conhecida como idade da pedra lascada. As organizações tribais dependiam da caça, pesca e coleta. Os grupos eram nômades, dominaram o fogo, desenvolveram técnicas de sobrevivência, fabricavam armas, praticavam rituais, e fizeram registros (pinturas rupestres) (CAMBI, 1999).

com os pais, imitando pessoas da tribo, reproduzindo técnicas de defesa e ataque e aprendendo os ritos.

Segundo Cambi (1999, p.58),

[...] através da imitação, ensina ou aprende o uso das armas, a caça e a colheita, o uso de linguagem, o culto dos mortos, as técnicas de transformação e domínio do meio ambiente. A cultura, se não é um fato individual, mas um fato social, implica transmissão social dos conhecimentos, portanto educação, à qual é delegada a tarefa de cultivar as jovens gerações.

A citação de Cambi destaca a imitação enquanto prática de adestramento. A transmissão do conhecimento dá-se pela replicação de experiências tribais sacralizadas pelo poder empírico. Aranha (2006) coteja a concepção de Cambi (1999) em se tratando da educação mimética,

Nas comunidades tribais as crianças aprendem os gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais. Tanto nas tribos nômades como naquelas que já se sedentarizaram, para se ocupar com a caça, a pesca, o pastoreio ou a agricultura, as crianças aprendem para a vida e por meio da vida, sem que ninguém esteja essencialmente destinado para a tarefa de ensinar (ARANHA, 2006, p.35).

Em face do exposto, tanto Cambi (1999) quanto Aranha (2006) tratam da formação do “ser criança”, em sociedades de cultura difusa, como sendo uma responsabilidade do coletivo, do grupo e/ou da tribo. Os pais não são os únicos imputados pelos atos da criação, sobrevivência, educação e formação do sujeito. A transformação do “ser criança” (sujeito) em “ser adulto” (verbo), dar-se-á por meio da internalização de valores, por uma consciência coletiva que busca assegurar a perpetuidade do grupo; pela aquiescência frente aos ritos de passagem que sacralizam o sujeito enquanto sendo representação do homem com virtudes de criança.

Com o advento do neolítico<sup>6</sup> surgiram as primeiras civilizações agrícolas e pastoris do Oriente. As margens dos rios Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Amarelo (China), Ganges (Índia), entre outros, foram ocupadas e tornaram-se espaços de intensas lutas e conflitos. A domesticação de plantas e animais acentuou a busca por terras férteis e por áreas agricultáveis. Essa condição, avivada pela propriedade privada, aguçou o surgimento de culturas milenares.

A “revolução neolítica” causou o surgimento da escrita e esta, por sua vez, causou uma revolução educativa. Para Cambi (1999), a escrita foi determinante para fixar o sistema social em castas; dividiu o mundo do trabalho; fixou o papel da família na reprodução das infraestruturas culturais; e produziu a estrutura elementar de aprendizagem e adestramento.

As crianças das “sociedades hidráulicas” (Mesopotâmia, Egito) não conheceram a educação igualitária e/ou difusa. A base de sua formação perpassava pela família (educação não-formal<sup>7</sup>). Por meio da mimese (internalização de valores) a criança era introduzida no mundo adulto. Nessas sociedades predominava o “trilogismo educacional” (sagrado, administração e ofícios).

As primeiras escolas (educação formal) surgiram na antiguidade (século V a.C.), no período clássico (Grécia e Roma). As perspectivas de Ariès (1981), Cambi (1999), Ghiraldelli Jr (2006) e Aranha (2006) são convergentes quando os seus objetos de estudo são a escola (sua fundação e importância). Esses espaços foram criados para cultivar e cuidar das crianças. Neles,

<sup>6</sup> O período neolítico vai de 10.000 a.C., a 6.000 a.C. A fase é conhecida como a idade da pedra polida. Os grupos tornaram-se sedentários em virtude da domesticação de plantas e animais (CAMBI, 1999).

<sup>7</sup> Educação não-formal é aquela instrução que acontece no seio da família, pelo rádio, pela televisão e/ou por outros meios de comunicação (rádio, jornal, entre outros).

a sociabilidade (característica da educação informal e/ou difusa) foi substituída pelo processo de escolarização.

Na Grécia, as escolas foram implantadas, com maior frequência, a partir do século VI a.C. A educação era elitizada e reservada aos filhos da aristocracia da terra. A proposta de ensino visava garantir a formação integral do homem, do cidadão, do sujeito perfeito (de corpo e espírito).

A educação da criança, a priori, era de responsabilidade da família. Nesta instituição, a aprendizagem acontecia de forma mimética. Os garotos, até aos 7 (sete) anos, reproduziam rotinas e internalizavam valores que eram compilados de casa (cotidiano familiar). O lar tornou-se espaço preponderante para o “despertar de um sentimento de pertencimento”, um recinto em que as noções afetivas, entre paternidade e filiação, tornaram-se concretas.

Após os 7 (sete) anos os pequenos eram entregues às *scholés*<sup>8</sup> do Estado (cidade-Estado). Nessas instituições, deram ênfase à educação física e ao preparo militar. Com o auxílio de preceptores, as crianças eram revestidas de virtudes como força, coragem, beleza, bondade, prudência, lealdade, hospitalidade, honra e glória. No entanto, cada “*urbe*”<sup>9</sup> tinha seu modelo específico de educação. Dois exemplos que corroboram esta afirmação é Esparta e Atenas.

Ser criança em Esparta era uma condição de sorte, de resistência e de preparo para a guerra. O ideal formador do “cidadão-gladiador” começava antes do nascimento, numa lógica de melhoramento genético. A geração de filhos saudáveis e robustos, bem como o descarte dos fracos e imperfeitos, era(m) política(s) de seleção natural(is) na região da Lacônia. Na “escola-campo”, as crianças aprendiam lições de guerra (viver, sobreviver, matar e glorificar). Na “sala de aula” (penhascos, montes, vales, campos) desenvolviam habilidades de sobrevivência como: superação da dor, da fome, do frio, do sono, do desconforto, da nudez, da ausência familiar, entre outros.

Já, ser criança em Atenas era gozar de certos cuidados, tanto da família quanto da “cidade-mãe”. Atenas priorizava uma ordenação de cunhos intelectual, filosófico e literário, buscando uma formação humanística, livre e balizada em experiências sociais, culturais e antropológicas. A “cidade” não se eximiu de dar ao “cidadão-político” preparo militar, porém, está lógica não era regra.

Para Aranha (2006), em Roma, a criança até os 7 (sete) anos permanecia no seio da família. A organização familiar era do tipo “extensa”, ou seja, agregava ao chefe patriarcal e sua linhagem, escravos e clientes. Enquanto as meninas eram preparadas, em casa, para os afazeres domésticos; os meninos eram instruídos pessoalmente “pelo pai”. A aprendizagem dava-se de forma mimética e por meio da memorização. Uma das características do ensino era formar no menino-cidadão consciência histórica, patriótica, civil e aristocrática (cuidado com a terra).

Após tramitar pela infância (isso, após os 14 anos), o jovem recebia poupo preparo intelectual (educação elementar), mas considerável preparo militar. A arte da guerra e a formação moral e cotidiana (educação encíclica) deveriam fazer parte da fisiologia do cidadão-romano.

Com a queda do Império Romano (476 d.C.), o mundo ocidental experimentou o colonato<sup>10</sup>. Pensar a trajetória da criança neste recorte de tempo (por quase um milênio) é um desafio, pois há consideráveis lacunas historiográficas. Pouco se produziu acerca do tema. As

<sup>8</sup> Segundo Aranha (2006), a *scholé* significava “o lugar do ócio”. Eram espaços em que se cultivavam a infância. Tinham disponibilidade de gozar de tempo livre (privilégio) para se ocuparem de funções como pensar, governar e guerrear.

<sup>9</sup> Definição para cidade e/ou aglomeração populacional, espaço de poder e de trocas simbólicas e representacionais.

<sup>10</sup> Processo de ruralização que aconteceu na Europa, após a queda de Roma. O colonato foi a base original do processo de feudalização no ocidente. Deste, surgiram relações de poder e de produção pautadas em paradoxos como: “servos e senhores feudais”; “suseranos e vassalos”.

produções acadêmicas relativas ao viés “criança” são “dérnicas” e os estudos são relativamente poucos e/ou recentes (década de 1980). Desse modo, contextualizaremos, brevemente, a respeito da criança sua inserção na vida adulta, no medievo.

Na Idade Média, após ter lançado mão de Ariès (1981), Cambi (1999), Aranha (2006) e Manacorda (2010), o preparo e inserção da criança para a vida adulta acontecia em diferentes ambientes (campo, cidades, igreja e no castelo). O primeiro e o segundo, ou seja, tanto no campo quanto na cidade, a criança internalizava valores e informações de forma mimética; os pais e a comunidade (parentes, amigos e vizinhos) eram responsáveis diretos por sua formação; o imaginário do homúnculo predominava; não havia noções de infância, os pequenos se misturavam aos adultos, testemunhando experiências plurais (labor no campo, festas, cerimônias, orgias, julgamentos, torturas, assassinatos, entre outros); não havia ritual de passagem (da infância, juventude e fase adulta), e a vida do sujeito (suas rotinas e papel social) permanecia subalternizada ao estamento de enquadramento.

No terceiro ambiente, no espaço religioso, a criança era submetida a valores sagrados e/ou princípios da moral-cristã. Geralmente, os nobres confiavam seus filhos (gênero masculino) a preceptores (clérigos). Estes “educadores” não se eximiam de replicar em seus pupilos (aprendentes) ideologias e teorias fundantes de sua ordem religiosa. Humberto Eco, tanto pelo viés da literatura (2010) quanto do cinema (1986), em “O Nome da Rosa<sup>11</sup>” corrobora esta perspectiva.

Por fim, no quarto ambiente, os filhos dos nobres cresciam experimentando as rotinas da cavalaria. O poder temporal era reservado aos filhos primogênitos (ser herdeiro das propriedades e ser senhor da linhagem) enquanto que aos demais, a educação do paço. O menino com 7 (sete) anos aprendia a arte de ser pajem (viver em outro castelo, aprender música, poesia, jogos de salão, oratória – cultura cortês). Aos 15 (quinze) chegava a condição de escudeiro (aprendia os serviços da cavalaria e o manuseio de armas).

Segundo Aranha (2006), a criança chegava à fase adulta aos 21 anos, dotada de formação moral, religiosa e guerreira. O homem cortês deveria apresentar virtudes como honra, fidelidade, coragem fé e cortesia. Nesta trajetória, a infância passava despercebida.

Perante o exposto, na busca modesta de construir uma trajetória histórica de transformação do “ser criança em ser adulto”, observamos que a infância, entendida aqui por nós como um período de desenvolvimento fisiológico e psicológico da criança, inexistiu tanto na consciência quanto nas representações da coletividade.

De fato, as sociedades de cultura tradicional não foram capazes de visualizar e/ou identificar na criança a sua infância. Segundo Ariès (1981), a criança era mal vista; foi reduzida, meramente, na representação da “cria” e/ou do “filhote”. Os pequenos eram obrigados a adquirirem independência precocemente (locomoção, sobrevivência, trabalho), ou seja, comportamentos e conhecimentos necessários para lhes garantir o lastro de pertencimento e de inserção ao grupo. Os filhos eram receptáculos de valores, crenças e hábitos que pertenciam, exclusivamente, ao universo adulto.

O olhar cuidadoso conferido a criança passa a ser avivado após o despertar da era moderna. A intensificação do comércio, o re-despertar cultural-urbano e a onda crescente dos estudos científicos foram elementos fundamentais que colaboraram para que um novo repensar sobre a infância despontasse.

---

<sup>11</sup> Produção bibliográfico-cinematográfica (ficção); cujo enredo (romance-drama) acontece na Baixa Idade Média, em 1327, na Abadia de Cluny (mosteiro italiano). O filme, em especial, tem em seu elenco 2 (dois) personagens que são fundamentais para compreender a educação dos jovens naquele período; Willian de Barkerville (interpretado por Sean Connery) e Adson de Melk (interpretado por Christian Slater). O primeiro, um monge franciscano, que exerce preceptorial ao segundo, o filho de um barão italiano (O NOME DA ROSA. Produção de Jean-Jacques Annaud. França; 1986. 1 DVD (130 min.).

A educação não-formal manifestou-se em todos os momentos históricos apresentados até aqui. O mimetismo, enquanto primeira forma de aprendizagem, pode ser compreendido como uma educação de sociabilidade (ARIÈS, 1981). Essa vocação (sociabilidade) é entendida como toda forma de manifestação afetiva e/ou comunicação ordinária estabelecida no seio da família, com parentes e em toda a vizinhança.

O primeiro sinal de ruptura com a “sociabilidade” deu-se com a criação da escola. Essa mudança é marco de passagem da educação não-formal para a educação formal<sup>12</sup>. Com a escola, a criança rompe com o “anonimato” e passa a ser alvo de preocupação dos pais. Segundo Ariès (1981), as famílias passaram a se organizar em torno dos filhos; os estudos tornaram-se alvos de preocupação; desenvolveram virtudes de cuidado e zelo pelos infantis; a morte precoce passou a ser síntese de dor e desespero; e o ato de nascer tornou-se fruto de desejo e não de ocasionalidade (o que é desejado, é bem cuidado). Destarte, é possível identificar mudanças de posturas, de comportamentos e de sensibilidade humana frente às crianças. A infância estava em gestação (...)

Após ter apresentado, mesmo que de forma incipiente, a trajetória da criança (da primitividade à era moderna) no mundo ocidental, este momento será reservado para analisar as concepções e representações da criança e da infância em Goiás, na transição do século XIX para o século XX. Como fundamentação, utilizaremos Ariès (1981), Valdez (2002), Santos (2011) e Moreira (2004).

A categoria *representação* é objeto de estudo, tanto da história das mentalidades (1970) quanto da história cultural (1980). Estas 2 (duas) ramificações investigativas são demiurgas da “Escola dos Annales”, um movimento historiográfico contemporâneo, surgido na França (1929) e fundado pelos historiadores March Bloch e Lucien Febvre.

O termo *representação*, conforme Santos (2011, p. 27), “tem sido bastante mencionado nos últimos anos no Brasil, principalmente por aqueles historiadores que partilham dos discursos elaborados em torno do que se costuma classificar como história cultural”. Isto posto, frente à complexidade do tema, percebe-se uma vasta discussão historiográfica que perpassa por Carlos Ginzburg, Lynn Hunt, Roger Chartier, Ronaldo Vainfas, Sandra Pesavento, entre outros.

Desse modo, compreendemos que *representação* é toda forma de organização social motivada pelo campo mental; é toda forma de expressar comportamentos e práticas sociais; é toda construção mental e história capaz de dar sentido e significado ao mundo. Essa categoria expressa realidades de vivido e aviva identidades que estão presentes nas falas, nos discursos, nas disputas sociais e territoriais, enfim, nas relações de poder.

Então, para compreender o universo mental goiano do século XIX, frente à infância, buscaremos identificar estruturas mentais, psicológicas e afetivas que integram a atmosfera de vivido nessa coletividade. O intuito é identificar essências que dão sentido ao ser criança, no XIX, em Goiás. A presente reflexão, relativa aos passos da infância, pautar-se-á em e (três) abordagens: criança enquanto ser ausente de fala; ser anjo em Goiás; e santificação da criança.

Os estudos inaugurados pela “nova história” consolidaram a chamada história historicizante. Essa nova tendência historiográfica deu ênfase à história-problema, cujas preocupações centraram-se nas massas anônimas, inaudíveis e invisibilizadas (seus modos de viver, pensar, sentir, comportar, produzir, agir...) pela historiografia tradicional (positivista).

De acordo com Moreira (2004), “a história da infância no Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, esteve ligada à ausência da fala (...)”. Essa “ausência” pode estar associada aos poucos estudos da infância e da criança em Goiás, e que corrobora o chamado “silenciamento coletivo”. A Província goiana, além de sofrer com a ausência de governabilidade (monárquica

<sup>12</sup> A educação formal acontece em instituições como Escola e Igreja; caracteriza-se por ser sistêmica (conteúdos, currículo, espaço apropriado, presença de professores, mestres, preceptores).

e provincial), sofria, também, com a invisibilidade de seu povo. Com exceção de “poucos”, que são entendidos aqui por Bourdieu (2010) como detentores de capital simbólico, a maioria da população goiana permanecia no anonimato.

O silenciamento da criança em Goiás, aqui corroborado por Ariès (1981), quando o historiador apresenta o sentimento coletivo do homúnculo, não foi um fenômeno diferente daquele que ocorreu em todo o Brasil. No entanto, o processo de duração da “homenização infantil” foi longo, cuja hipótese está associada à industrialização nacional tardia<sup>13</sup>.

Até a segunda metade do século XX, a infância não foi “apartada” da vida adulta (crianças vestiam-se como adultos, casavam e trabalhavam precocemente). O sentimento de infância surgirá com o advento da privatização da família, com o processo de surgimento e massificação da classe proletária, enfim com a reificação do indivíduo e do mundo.

Os debates sobre a segunda representação, “ser anjo em Goiás”, estão fundamentados em Ariès (1981) e Valdez (2002). Para Ariès (1981), a infância estava associada à imagem de crianças, de pouca idade e em fase de lactência; e assemelhavam-se a figuras angelicais (anjos), dotadas de traços redondos e graciosos.

A imagem do anjo, enquanto representação de pureza, ingenuidade e graça, está embebida pela essência da meninice. O menino-anjo não tinha consciência do pecado, era considerado engraçadinho, fofinho (brinquedo de gente grande). O despertar de hábitos e comportamentos impuros e indesejáveis, de acordo com as convenções dos adultos, manifestar-se-á a partir dos 6 (seis) anos de idade, quando o menino se “endiabrava”<sup>14</sup>.

Para Valdez (2001, p.11-12) o ato de endiabrar-se está associado

[...] no Brasil a meninice nas sociedades patriarcais era bem curta. Nos primeiros anos, a criança era idealizada ao extremo e comparada a um anjinho. Essa idealização da criança que muito se aproxima da visão da Igreja Católica, terminava ao chegar da idade da razão, aos seis, sete anos, transformando o anjo em menino-diabo identificado como uma criatura estranha que não comia a mesa, nem participava de modo algum da conversa de gente grande. Para alguns, o Brasil era um país quase sem meninos, e o próprio menino-diabo encerrava sua meninice por volta dos 10 anos, e logo se tornava rapaz [...].

A fase do “endiabramento” é caracterizada pelo desejo infantil de participar e integrar dos/os universos mentais, materiais e subjetivos do adulto. É a fase da intensificação das ações lúdicas, dos questionamentos, das descobertas, das afrontas, das disputas e das indisciplinas. O imaginário social, sacralizado pela fé, busca ordenar o mundo da criança, sufocando sua infância e antecipando a fase adulta. Essa mentalidade social tinha como fulcro acelerar o processo de homenização dos infantes.

A terceira reflexão acerca da representação da criança em Goiás (século XIX) sedimenta-se na “santificação do ser”. A “santificação e/ou divinização” (associá-los ao sagrado) dos pequenos era uma estratégia social (balizada na crença dos pais, família, parentes, amigos, vizinhança) que objetivava curar o corpo e salvar a alma dos ingênuos. As manifestações mais comuns dessa sacralidade aconteciam, paradoxalmente, nos casos de morte, batismo e voto.

Para Ariès (1981), a representação dos “ingênuos santificados e divinizados” materializa-se e fundamenta-se em cenas (pinturas) como: a do Menino Jesus (semelhante ao

<sup>13</sup> O projeto de industrialização tem suas bases fundamentadas na Nova República (1930-1945). O governo de Getúlio Vargas lançou mão de uma plataforma econômica nacional, visando consolidar o parque industrial brasileiro. Desse modo, a industrialização brasileira foi tardia.

<sup>14</sup> Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” apresenta uma reflexão sobre a infância no Brasil (transição do Império para a República).



*putto*<sup>15</sup>, enrolada em cueiros, nunca nua e na companhia de outras crianças), do nascimento da Virgem Maria e de Sant’Ana (mãe de Maria e avó de Jesus) com seus cuidados, afazeres e rotinas. Segundo Ariès:

Depois surgiram as outras infâncias santas: a de São João, o companheiro de Jogos do Menino Jesus, a de São Tiago, e a dos filhos das mulheres santas, Maria-Zebedeu e Maria Salomé. Uma iconografia inteiramente nova se formou assim, multiplicando cenas de crianças e procurando reunir nos mesmos conjuntos o grupo dessas crianças santas, com ou sem suas mães (ARIÈS, 1981, p.20).

O “agir e o existir mundano”, conectados ao “sagrado”, foram mediados pela arte. A arte moderna do século XVI aproximou o homem do “divino”, possibilitando o surgimento de uma “sensibilidade santificada”. Uma nova ordem de pertencimento, balizada na fraternidade, paternidade, maternidade e no apadrinhamento passou a ser notória em culturas, cuja formação é cristã ocidental.

No caso específico do Brasil (colonial/monárquico), sobretudo em Goiás (dos séculos XVIII à metade do XX), manifestações como vestir e nominar crianças de modo semelhante a anjos e santos (para procissões, sepultamentos...) eram práticas comuns.

Moreira (2004) afirma que, sendo a morte infantil um fenômeno rotineiro em Goiás, havia todo um cuidado para encomendar e apresentar o corpo do ingênuo ao reino dos céus. Para o autor,

[...] a prática destinava a escolha da última roupa que interferiria nos destinos da alma, que toda aquela criança testava, ora vestidos indiscriminadamente, meninos e meninas, como vestidos brancos ou coloridos, tecidos de algodão, ou de santos, nesse caso fantasiadas, até os sete anos, de São Miguel Arcanjo, João Batista ou Nossa Senhora da Conceição, para se incorporarem imediatamente ao exército de santos que habitava o céu. Os anjinhos eram maquiados e enfeitados com coroa de flores, vestidos com mortalhas (REIS, *apud*, MOREIRA, 2004, p. 90-91).

Segundo Moreira (2004), o sepultamento de crianças vestidas de modo igual a santos e/ou anjos, em Goiás, era comum. Essa prática valida a hipótese de surgimento embrionário de um sentimento de bem querer, de cuidar, de zelar e de desejar a infância nas crianças. No entanto, os grandes rechaçadores da vida (nos pequenos) estavam associados à “falta de fé” e à insalubridade social (doenças e falta de higiene).

Como forma de garantir a permanência dos pequenos, junto aos adultos no mundo dos vivos (buscando livrá-los de doenças), era comum, em casos de doenças, os pais, celebrarem votos e/ou pactos de doação aos santos e/ou entidades de sua devoção. Desse modo, os infantes passavam a ser afilhados e/ou filhos adotados de divindades.

Quando a morte era evidente e acabava por selar os olhos do “prometido”, as especulações em torno da “falta de fé, da pouca fé ou da doação não feita de coração” rondavam o ambiente familiar. Como forma de desconstruir esse imaginário coletivo, e, sobretudo, neutralizar possíveis indagações sobre a infalibilidade do sagrado, mesmo digladiando com o infortúnio da morte, o falecido era vestido semelhantemente ao santo devotado. Essa prática revigorava a fé, sobretudo quando se tinha consciência coletiva de que “morrer e viver em Goiás” era uma constante.

Por outro lado, quando a criança moribunda ganhava a “benção do padrinho” e se convalescia, se afastando da morte, assim, as promessas eram cumpridas rigorosamente. Segundo Moreira (2004, p.91) era comum

<sup>15</sup> Cena da criança nua. Surgiu no fim do século XVI, destacando nas crianças traços de ingenuidade, beleza e angelicalidade.

[...] vestir as crianças com o hábito do santo de seu nome, correspondia a uma proteção em vida que não falharia na morte. Desta forma, era natural que se escolhessem santos de sua predileção. Isto explica que, estando à criança vestida ou coberta com as roupas deste ou daquele santo, os pais garantiam que seu rebento não ficaria desamparado no outro mundo, estando guardado sob os cuidados das entidades [...]

O autor (2004), também, indica outra variante, o “santo de seu nome”. Nesta esteira epistemológica, Valdez (2002) destaca que ter o nome de santo era uma forma de obter proteção sagrada, e de blindar o recém-nascido dos infortúnios do corpo e do espírito. De acordo com Valdez, (2002, p.27) os nomes mais comuns eram (nomes simples e compostos):

[...] Pillar, Santa, Maria, Anna, Antônia, Francisca, Joanna, Rosa, Manoel, João, José, Antônio, Francisco, Joaquim, de Jesus, do Nascimento, dos Anjos, de Deus, da Cruz, da Purificação, da Anunciação, da Conceição, da Luz, da Encarnação, dos Amores, de Sant’Anna, dos Anjos, da Paixão, da Piedade, do Rosário, de Finados, do Sacramento, de Nazareth [...]

Valdez (2002) identificou nomes e pré-nomes de pessoas, cujo batismo tornou-se instrumento de consagração da promessa e/ou do voto. Desse modo, essa manifestação será recorrente por todo o século XIX e parte do XX, tanto em Goiás quanto no Brasil.

A seguir serão analisados alguns estudos sobre a representação da morte infantil, a partir de esculturas presentes no Cemitério São Miguel, da cidade de Goiás-GO. A intenção é dialogar com o conceito de memória como forma possível de perceber comportamentos de avivamento da infância por meio das lembranças.

Este momento textual tem como premissas compreender o conceito “memória”, o Cemitério São Miguel enquanto espaço de memória e a representação da infância na necrópole em tela. Como fundamentação valeremos de D’aléssio (1993), Moreira (2004), Vaz (2012) e Silva (2010).

Os esforços de pesquisadores, buscando a preservação do passado (seus traços, suas evidências), enquanto garantia de mapeamento de identidades coletivas (ameaçadas pelo “desencantamento do mundo”), trouxe para o campo da reflexão a categoria memória. A memória é um meio capaz de combater a força que desintegra a tradição. A memória, segundo D’aléssio:

[...] é história viva e vivida, e permanece no tempo, renovando-se. A história viva é, assim, o lugar de permanência e nela o desaparecimento das criações grupais é apenas uma aparência. A memória é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que residem na sociedade profunda, na sensibilidade [...] (HALBWACHS, *apud* D’ALÉSSIO, 1993, p. 98).

Partindo de alguns pressupostos de Halbwachs (*apud* D’ALÉSSIO, 1993), só haverá memória se existir, entre os sujeitos, uma concepção de pertencimento grupal. O cimento que garante a perenidade de sua existência na coletividade é a afetividade. O sentimento de pertencimento, então, mantém o vivido da memória.

Desse modo, memorar é cultivar a existência e a história do indivíduo em seu grupo de pertencimento; é construir espaços de lembranças que sejam capazes de neutralizar o poder arrebatador da morte e transferir ao sujeito energia existencial capaz de fazê-lo transcender o espaço, o tempo e o “pós vida”. Então, a memória é uma faculdade capaz de reter, nos corpos esmarrados, a vida.

Ante ao exposto, trataremos do Cemitério São Miguel como um lugar de memória, um ambiente fulcral para o cultivo da existência. Nele é possível identificar a perenidade do

passado no presente. Na necrópole a matéria do sujeito desaparece, mas a sua memória permanece subsumida no pulsar coletivo. Segundo Vaz,

[...] o Cemitério São Miguel da cidade de Goiás surge em 1859 a partir de uma lei datada de 20 de junho de 1846, que proibia o sepultamento nas Igrejas. O Cemitério São Miguel estava diretamente ligado ao Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, que o administrava. Em um dos artigos de lei relacionado à proibição de sepultamento em igrejas, vemos que: ‘logo que o cemitério receber a benção, fica proibido os enterros nas igrejas e no recanto delas, sob a pena de multa de dez mil réis aos infratores’ (FREITAS, *apud* VAZ, 2012, p. 319).

A criação e implantação de necrópoles públicas, a partir da segunda metade do século XIX, foram resultantes da separação entre Estado (Império) e Igreja (bem como de suas obrigações); o primeiro encarregava-se de zelar da saúde pública (garantir salubridade e higienização) e o segundo se incumbindo do cumprimento dos sacramentos pelos cristãos.

Silva, em sua obra “Lembranças da morte na cidade de Goiás”, reforça o olhar sobre a dinâmica da laicização dos “campos-santos”.

No decorrer do século XIX, a doutrina sanitária vive o auge. O discurso em voga nos meios médicos refere-se à necessidade de as cidades empregarem todos os esforços no sentido de combater e melhorar o quadro sanitário das mesmas. Objetivasse, com isso, combater as epidemias e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Um dos principais alvos das críticas dos membros da saúde era o sepultamento no interior das igrejas (SILVA, 2010, p. 118).

De acordo com Silva (2010), a Província passa a se preocupar com a saúde da coletividade, criando cemitérios e, por meio deles, objetivando aumentar a longevidade das pessoas. Desse modo, a necrópole cumpre papel duplo, ou seja, ação de garantir o prolongamento da vida, tanto dos vivos quanto dos mortos (memória).

Com relação ao prolongamento da vida nos mortos, tomando aqui o Cemitério São Miguel como espaço de memória, Vaz (2012) trata desta necrópole como um espaço repleto de traços (fontes) que traduzem vida. A arte tumular (estátuas, epitáfios, estruturas tumulares) revela posição social, prestígio do morto, posses do falecido, capital simbólico herdado, entre outros. Esse conjunto de definidores sociais, sendo reconhecidos pela coletividade, possibilita o processo de “marmorização da representação do sujeito na memória do povo”.

Assim, o cemitério ganha uma nova representação, torna-se um espaço em que a vida pulsa; o paradigma da morte é superado; e a necrópole deixa de ser vista, por meio do imaginário social, como um espaço de esquecimento; sendo um “campo” em que a lembrança lateja, o que lhe permite ser pensado como um “lugar de memória”.

Silva (2010, p.118) reforça a visão de Vaz (2012) quando afirma que “a arte tumular e os epitáfios carregam consigo expectativas e, também, de certa forma, uma eternização de uma existência; existência particular, mas que tem a capacidade de traduzir o estilo de vida do grupo”.

Foi pensando em reconstruir a trajetória da criança em Goiás (etapas para alcançar a fase adulta), que optamos pelo Cemitério São Miguel da cidade de Goiás-GO como fonte de pesquisa para compreender aquele espaço como “um berço de memória”. Em vista disso, dialogaremos com as representações da morte infantil na necrópole vilaboense, em tela.

Phillipe Ariès (1981) foi o primeiro a apresentar fontes (cultura material) que possibilitaram perceber a representação da criança, tanto na idade média quanto idade moderna, no ocidente. Dialogou acerca das imagens infantis e como estas foram incorporadas pela coletividade social (imagem de anjos, santinhos...). Destarte, veremos como essa presença se manifesta em Goiás.

O imaginário social sobre a morte infantil está presente nos trabalhos de Moreira (2004), Silva (2010) e Vaz (2012). Estes comungam da ideia de que o “campo-santo” é ornado de uma cultura material (estátuas, túmulos, epitáfios, objetos, fotografias) que possibilita ser estudado pela arte, história, arqueologia, antropologia e sociologia.

Para Moreira, analisando a arte cemiterial (uso de estátuas de anjos em sepulturas), afirma que:

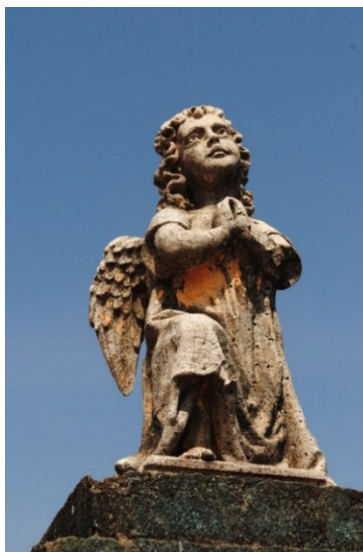
[...] o cerimonial mortuário infantil congelado em corpo de pedra, deixado ao lado ou sobre o túmulo, torna-se uma exposição da imagem do corpo colocado como espetáculo a serviço da manutenção de representações sua função era dar conta da hierarquia social a que representava (MOREIRA, 2004, p. 90).

Para o autor, a representação da morte (expressa na cultura material) era uma forma de espetacularização da vida naquele espaço coletivo. Delimitar fronteiras de poder e garantir a imortalidade (pela memória) eram condições vinculadas e/ou dependentes à suntuosidade, à pompa, aos rituais e aos gastos funerários.

Segundo Vaz (2012), no Cemitério São Miguel existem inúmeras estátuas que representam anjinhos (esculpidos em pedra-sabão e mármore). As imagens estão distribuídas ao longo dos corredores frontais e laterais da necrópole. As imagens dos anjos lembram a representação do *putto* de Ariès (1981). Como podemos ver a seguir, os anjos personificam os pequenos vivos.



**Foto:** Anjo da saudade (2015)  
**Fonte:** Gleidson Moreira



**Foto:** Anjo espreme limão (2015)  
**Fonte:** Gleidson Moreira



**Foto:** Anjo da consternação (2015)  
**Fonte:** Gleidson Moreira

O uso de anjos, como forma de personificação de crianças mortas, corrobora a nossa perspectiva de que o uso da escultura tumular foi, de fato, uma manifestação inclinada em garantir a perpetuação dos infantes na memória coletiva. Por outro lado, podemos observar que, também, houve o surgimento natural de um sentimento de pertencimento, de querer bem, de zelar da memória, de imortalizar, de não deixar cair no esquecimento a criança. Desse modo, a força paradoxal aceleradora do processo de homenização da criança em Goiás é minimizada pelo sentimento de infância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, percebemos que os autores em tela (ARIÈS, ARANHA, CAMBI, GHIRALDELLI JR., VALDEZ) coadunam suas perspectivas acerca da origem da infância. Esta é entendida como um momento específico na vida da criança. Durante séculos o infante foi considerado como adulto em miniatura, e o seu universo afetivo, sentimental, fisiológico e cognitivo não foi bem interpretado.

Outra reflexão de grande valia sedimenta-se no paradoxo entre criança e infância. Criança não era sinônimo de infância; mas o inverso, sim. Da criança foi negada a liberdade de crescer e amadurecer. As fases da infância e da adolescência foram banidas de seus espaços de formação (família, comunidade, igreja, trabalho...).

O sentimento de infância surgirá a partir do século XVIII, com o advento da industrialização, quando é notado o surgimento de uma série de universos (lúdico, literário, musical, artístico, cognitivo e alimentar) específicos para crianças.

A literatura goiana retratou a criança pelo viés da nova história (representação, imaginário) dando-lhe visibilidade por meio de imagens (anjos e santos), por meio de promessas (curar de patologias), votos (validar a fé), apadrinhamento (divindade protetora), e pelo batismo (ter nome de santo).

A criança goiana tornou-se sujeito de memória. A memória é entendida como uma faculdade capaz de imortalizar aqueles que partiram. A imortalidade do individual sobre o coletivo acontece quando há sentimento de pertencimento, e, por motivos afetivos, o grupo reconhece o sujeito (relação: memória/saudade/lembranças).

Outra reflexão pertinente é a de pensar o cemitério enquanto um espaço de avivamento. A necrópole é considerada um local de memória, um recorte em que o imaginário social faz da morte uma experiência transitória. Esquecimento é um movimento descartado pela memória.

Por fim, entendemos que o Cemitério São Miguel é, de fato, um berço de memória que conseguiu transferir aos seus “inquilinos”, sobretudo aos de tenra idade, importância, validade e representação social. Na necrópole não há negação da infância, pois os pequenos ali confiados são queridos, amados e imortalizados.

Esperamos que este texto contribua para os estudos acadêmicos, sejam eles de cunho etnográfico, antropológico e histórico, sobre a educação, criança e infância em Goiás (ente os séculos XIX e XX). Esse trabalho, diga-se de passagem, é um fragmento de um estudo maior que já se encontra em desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 1993. Vol.13, nº.25/26. P.97-103.

ECO, Humberto. **O nome da rosa**. 2. ed. São Paulo: Record, 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LARAIA, Roque. **Cultura um conceito antropológico**. 33. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira Moreira; SILVA, Edson Pereira da. **Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 4. ed. Goiânia: Kelps, 2015.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. Representações da morte infantil em Goiás (séc. XIX). In. **Revista Guanacuns**. Anicuns-GO, ano 1, nº 01, Goiânia: Grafoart, novembro 2004.

O NOME DA ROSA. Produção de Jean-Jacques Annaud. França; 1986. 1 DVD (130 min.).

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. In. **Revista de Teoria da História**. Goiânia: UFG, dezembro de 2011. Ano 3. Nº 6.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Grafopel, 2002.

VAZ, Samuel. **A “menina do caco”**: imagem, imaginário e religiosidade no cemitério São Miguel da Cidade de Goiás-Go. Dissertação, PUC-GO, 2012.